

UNIDADE 2

Semestre

1

PROTAGONISMO E INCLUSÃO SOCIAL

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar os conceitos de protagonismo e inclusão social, relacionando-os com a produção e organização de informação e conhecimento.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar o conceito de protagonismo/protagonista cultural na perspectiva da apropriação cultural.
 - b) Reconhecer as abordagens da expressão “inclusão social.”
-

2.3 INTRODUÇÃO

Você já parou para pensar qual papel exerce diante da cultura? Já se questionou se é alguém que “consome” a cultura ou alguém que age sobre ela? Como lida com as informações, de modo geral, costuma se apropriar delas?

Apropriação. Ato de apropriar ou apropriar-se. Acomodação, adaptação.

Fonte: Dicionário on-line de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/apropriacao/>>. Acesso em: nov. 2014.



Apropriar-se de informação e cultura é ato próprio de protagonistas, categoria que no âmbito da educação e da cultura distingue-se das categorias de usuários e de consumidores culturais (PIERUCCINI, 2004). Os protagonistas são agentes ativos, enquanto que os consumidores e usuários são passivos diante da cultura.

Protagonismo cultural “é ação afirmativa nos processos simbólicos, exercida por sujeitos de diferentes meios e condições, consideradas as dimensões plurais e conflitantes da vida social e pública, no mundo contemporâneo” (PERROTTI, 2007). Cultura, como já vimos, é algo vivo e dinâmico, e a efetiva participação, como protagonistas, sugere uma ação de interferência direta nas modificações, mudanças e alterações culturais.

A cultura não consiste mais na soma de o “melhor que foi pensado e dito”, considerado como ápice de uma civilização plenamente realizada – aquele ideal de perfeição para o qual, num sentido antigo, todos aspiravam. Mesmo a “arte” – designada anteriormente como uma posição de privilégio, uma pedra-de-toque dos mais altos valores da civilização – é agora redefinida como apenas uma forma especial de processo social geral. (HALL, 2003, p. 135)

Isso acontece porque

Concentradas na palavra cultura, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante. (HALL, 2003, p. 133)

O protagonismo cultural toma a forma de agente de transformações culturais consciente, e não somente o papel de consumidor passivo de cultura. Podendo exercer, dessa forma, direitos de cidadãos, influenciar políticas públicas, e contribuir para a inclusão cultural e desenvolvimento das tecnologias sociais.

Para melhor compreender esse processo, vamos conhecer primeiro o que é protagonismo e, em seguida, discutir o conceito de inclusão social que, na área de Ciências da Informação manifesta-se mais claramente nos programas de Inclusão Digital.

2.4 O QUE SERÁ PROTAGONISMO? VOCÊ SABE?

Vamos começar o estudo dessa unidade conhecendo alguns conceitos fundamentais, como o significado do termo protagonismo.

A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: *proto*, que significa “o primeiro, o principal”; *agon*, que significa “luta.” *Agonistes*, por sua vez, significa “lutador.” Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o educando é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Por meio desse tipo de ação, o educando adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio comunitário (COSTA, 2007).

Vamos ainda prestar atenção à afirmação a seguir, que diz que

[...] quando o indivíduo se apropria da informação ele deixa de ser mero usuário ou consumidor, mas torna-se um “protagonista cultural”, “produtor e criador de significados e sentidos”, com domínio sobre processos simbólicos e “participação ativa e afirmativa na vida cultural.” (PERROTI; PIERUCCINI, 2007, p. 57)

Ou seja, a apropriação acerca de informações culturais é que habilita o indivíduo a deixar de ser um simples consumidor de informação para se tornar um protagonista cultural, o que significa que, somente quando o indivíduo ressignifica a informação e a transforma em ação é que ele tem participação ativa na vida cultural.

creditando nessa afirmação, derivamos a ideia de que a área de Ciência da Informação é essencial para a promoção do protagonismo cultural. Em especial, pela *Infoeducação* que, como o nome diz, é um campo de intersecção entre a Educação e a Ciência da Informação, se constituindo em

[...] área de estudo, situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre apropriação simbólica e dispositivos culturais, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de protagonismo cultural, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas Sociedades do Conhecimento. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 92)

Quando os indivíduos assumem a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, seja em que nível for, inclusive cultural, tornam-se protagonistas de seus percursos ao serem capazes de analisar, refletir, propor mudanças e atualizações, sempre que se mostrar pertinente. A capacidade crítica proporcionada pelo protagonismo colabora no desenvolvimento social, e a inclusão social provoca a reflexão social e o protagonismo. Ou seja, é um movimento de espiral que se retroalimenta, em movimento constante. A figura do espiral ilustra bem a proposição, pois quando se tem a atuação protagonista em ação, jamais se volta a ser o que era, mesmo que se aproxime um pouco. O movimento de expansão da cultura, provocado pela ação protagonista a movimentar e a transformar.

Figura 2 – A atuação protagonista movimenta e transforma a cultura, promovendo sua expansão, como em uma espiral



Fonte: Pixabay (2016)⁶



Atenção

O protagonismo se mostra cada dia mais necessário para a construção do conhecimento individual e coletivo vindo ao encontro do conceito de Espiral de Conhecimento bastante útil para a Gestão do Conhecimento, área de conhecimento da Administração que se relaciona com as Ciências da Informação.

⁶ PIXABAY. Escada em espiral. Disponível em: <<https://pixabay.com/pt/escada-em-espiral-escadas-1826553/>>. Acesso em: 14 out. 2018

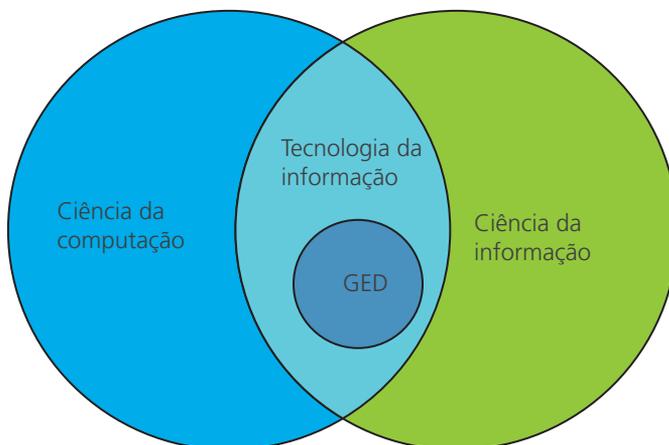


Curiosidade

A Gestão Eletrônica de Documentos (GED) é uma área do conhecimento que está inserida no grande campo das Ciências da Informação e também da Tecnologia de Informação, sendo resultado dessa interdisciplinaridade.

Enquanto a Ciência da informação “considera a informação *lato sensu* como seu “objeto” e a Arquivologia tende a considerar “os arquivos” como seu único objeto (JARDIM, 1995 p. 48), percebemos um forte vínculo entre essas áreas, já que a informação não existe sem um suporte, e que o suporte mais a informação caracteriza um documento. Deste modo, sendo a Arquivologia uma ciência pertencente ao campo das Ciências da Informação, o GED tornou-se uma área de estudos tanto para os arquivistas quanto para os analistas de sistemas que o programam.

Cabe ao arquivista procurar o melhor modo de realizar dentro deste sistema eletrônico a criação, controle (classificação, avaliação), manipulação, armazenamento (conservação), acesso, difusão e recuperação da informação, evidenciando a importância do trabalho em conjunto destes profissionais no momento da implantação de um sistema GED (HEDLUND, 2010).



Fonte: HEDLUND, D.C. “Gestão Eletrônica de Documentos (GED).” **Organização Eletrônica.** Blog. 2010. Disponível em: <<http://www.dhionhedlund.com.br/2010/06/gestao-eletronica-de-documentos-ged.html>>. Acesso em: dez. 2014.

2.5 ESSE TÃO FALADO CONCEITO DE INCLUSÃO SOCIAL...

Gramaticalmente falando, “incluir” é um verbo irregular, bitransitivo, pronominal. Ou seja, é tanto transitivo direto quanto indireto. Se observarmos os dicionários, o significado é sempre o de “colocar dentro”, “fazer constar”, “introduzir”, “intercalar.” Como sinônimos de incluir temos enfiar, incorporar, inserir, introduzir e meter. Tudo depende do uso na frase, período ou ideia em que ele é usado.

Logo de início podemos perceber as múltiplas possibilidades de entendimento que a expressão “inclusão social” traz consigo. Por isso, é importante contextualizarmos a expressão quando a usamos, esclarecendo os conceitos que buscamos trabalhar ao referenciar o termo.

Assim, o conceito de inclusão social é também um conceito construído culturalmente, ou seja, está relacionado aos modos e costumes de quem o referencia e à sua cultura. A percepção de inclusão, desse modo, varia, de acordo com o “lugar” e o “tempo” em que é referenciada.



Atenção

Na Lei nº 12.073 de 29 de outubro de 2009, a inclusão social é assim conceituada.

É padrão a definição de inclusão social como sendo o processo mais aperfeiçoado da convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa portadora de deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura). (BRASIL, 2008, p. 2)

Romeu Kazumi Sasaki (1997) nos esclarece que inclusão social é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir [indivíduos], em seus sistemas sociais gerais.” Dessa forma, a inclusão social constitui, então, “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997).

Mas isso pode se relacionar à diversos contextos. Inclusão social de pessoas com deficiências físicas (como trata *Sasaki*), inclusão social dos menos favorecidos economicamente etc.

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana é representada, principalmente, por origem nacional, opção sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência. A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte), nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1997, p. 3)

Para fins de dimensionamento de necessidades e coleta de dados para traçar políticas públicas de inclusão social, foi criado em 1995/96 o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social*, metodologia que, “usando de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento produz dois índices territoriais que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de exclusão/inclusão social [...]” (SPOSATI, 2002, p. 2)

A ideia de inclusão social vem sendo elaborada e reelaborada – no sentido de reconhecer as necessidades humanas fundamentais para poder garanti-las na elaboração de políticas públicas – desde os desdobramentos os estudos de *Amartya Sen* (Prêmio Nobel de Economia de 1998), e o *Relatório de Desenvolvimento Humano*, trabalho de *Mahbub ul Haq* (SPOSATI, 2002), até a criação do conceito de desenvolvimento humano, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a criação do *Relatório de Desenvolvimento Humano* (RDH), pela UNESCO que abrange “três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde”,

Ao tratarmos do conceito de inclusão social relacionado à Ciência da Informação devemos procurar refletir sobre a relação entre o direito à informação e o acesso a ela. Nesse sentido,

[...] a informação e o conhecimento devem ser acessíveis a todos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, local, ocupação ou status social. As tecnologias de informação e comunicação devem estar voltadas para este fim e constituírem-se instrumentos para se alcançar um desenvolvimento verdadeiramente centrado no ser humano. (UNESCO, 1996 *apud* TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA 2002)

Alex Serrano Almeida e Renata Braz Gonçalves (2013) acreditam que:

[...] estar atento às questões relacionadas à Inclusão Social é direito e dever de todos. Contudo, acredita-se que este assunto ainda é pouco explorado e discutido em algumas áreas, como, por exemplo, na Ciência da Informação. (SERRANO e GONÇALVES, 2013, p. 241).



Por este motivo, são autores de um estudo, denominado “Inclusão social e suas abordagens na Ciência da Informação: análise da produção científica em periódicos da área de Ciência da Informação no período de 2001 a 2010”, em que declaram que esperam “provocar a reflexão e discussão sobre a temática e, assim, fomentar tomadas de decisões e mudanças de atitudes dos profissionais da informação, do poder público e da sociedade em geral” (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 241).

Destacam ainda que “[...] a informação deveria ser considerada um bem social a ser compartilhado, assim como educação, saúde ou infraestrutura de transportes” (FREIRE, 2007, p. 143, *apud*, SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 244), pois, “esta é um insumo fundamental para a conquista de uma sociedade inclusiva e a sua falta causa um grande desfavorecimento social.” (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 244)

Os pesquisadores verificaram entre 2001 e 2010, como o título do trabalho destaca, “a existência de 80 trabalhos que tratam da referida temática” (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 242), porém ressaltam que nos periódicos selecionados para o estudo, a amostra se restringe a “30 artigos que tratam da temática inclusão social” (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 248). Os autores ainda acreditam que

No que tange à disponibilização e ao acesso à informação, é imprescindível citar o profissional da informação, tendo este um papel de destaque no que concerne a uma sociedade inclusiva. O profissional da informação, especificamente o bibliotecário, deve estar atento à realidade e, acima de tudo, capacitado para atender as necessidades de seus usuários, pois “Uma sociedade baseada no uso intensivo de informação, na qual o indivíduo interage com pessoas e máquinas em um constante intercâmbio de dados e informação, produz simultaneamente fenômenos de maior inclusão e exclusão social” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002). [...] A Ciência da Informação é uma área que deve atender as necessidades sociais de informação, sendo assim, esta deve servir como alicerce para o desenvolvimento de políticas de inclusão social. (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 245-246)

Inclusão digital é, para os autores, o caminho da Inclusão Social pelo viés da Ciência da Informação, mas consideram que é necessário haver muita atenção e critérios claros para a efetivação da inclusão digital. Isso pois, “inclusão digital mal realizada pode-se tornar mais um componente a ser considerado no que diz respeito à exclusão social” (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 257) destacando que

[...] é de suma importância um planejamento bem estruturado quando se trata de inclusão digital, pois um frágil projeto e, em consequência, uma precária execução tornarão a inclusão digital uma prerrogativa a mais a ser analisada em relação à exclusão social, assim como já ocorre com: a economia, o desemprego, a fome, o analfabetismo, a educação, o Sistema Único de Saúde, os transportes públicos, a distribuição agrária, dentre vários outros. (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 257)

E que

a simples disponibilização de recursos infraestruturais aos indivíduos excluídos digitalmente não os tornam incluídos digitais, tampouco na sociedade, podendo até mesmo ter um efeito contrário, tornando estes sujeitos ainda mais excluídos socialmente [...] Pensar na inclusão digital como principal alicerce para outras discussões, torna-se um equívoco, visto que programas que visam à inclusão digital, certamente, não contemplaram todos os aspectos sociais que podem contribuir para a exclusão de um indivíduo. (SERRANO; GONÇALVES, 2013, p. 258-259)

Figura 3 – Inclusão digital: solução para o acesso à informação ou um passo para a exclusão social?



Fonte: Flickr (2009)⁷

O que é, então, necessário ser feito efetivamente para realizarmos a inclusão social pela ciência da informação? O simples acesso à informação já proporciona inclusão? Se sim, como e porquê?

Não creio que tenhamos uma única resposta para essas questões, mas é fato que sem conhecer recursos é impossível usá-los e apropriar-se deles, não é verdade? Assim, a disseminação de informação de qualidade, embora não seja a única responsável pela inclusão social, colabora de forma significativa na diminuição das diversas formas de exclusão.



Multimídia

O periódico *Inclusão Social*, que tem como interesse central a publicação de “trabalhos inéditos no âmbito da inclusão social, com temas ligados a ações, programas, projetos, estudos e pesquisas

⁷ FLICKR. Leonardo Augusto Matsuda. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/poperotico/3921069882>>. Acesso em: 14 out. 2018.



voltados a problemas relacionados à inclusão dos cidadãos na sociedade da informação” (INCLUSÃO SOCIAL, 2011, *apud* SERRANO, A.; GONÇALVES, R. B., 2013), concentra uma coleção de trabalhos de pesquisa sobre o tema e deve ser consultado para maiores esclarecimentos.

Fonte: IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Inclusão Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1., jul./dez., 2014.

Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao>>. Acesso em: dez. 2014.

2.6 RESUMO

Nesta unidade, conhecemos os conceitos de protagonismo e inclusão social e aprendemos como a Ciência da Informação se relaciona entre esses dois conceitos e as práticas de cultura. Vimos também como a ciência da Informação pode ser agente de promoção da inclusão, por meio da disseminação de facilitação de acesso à informação.

Na próxima unidade trataremos de Memória Social e Identidade, conhecendo os conceitos de patrimônio cultural, material e imaterial.